

Minas PCH S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes Ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatorio do Auditor Independente
Sobre as Demonstrações Financeiras*

Santana & Sousa Auditores Independentes



Minas PCH S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores
da Minas PCH S.A
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Minas PCH S.A. (“Companhia”), em fase pré-operacional, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas PCH S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Minas PCH S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Boards – IASB”.

Base para opinião com ressalva

Análise de recuperabilidade de ativos da controladora e das controladas.

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico 1(R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a investida Minas PCH S.A. e suas controladas, devem analisar se seus ativos não estão registrados contabilmente por valor superior àquele passível de ser recuperado. A Minas PCH S.A. e sua controlada, possuem saldos de ativo imobilizado, e intangível, para os quais não foram elaborados estudos de recuperação sendo: i) investidora Minas PCH S.A. com imobilizado líquido de R\$ 12.155 mil, e intangível de R\$ 40.123 mil; ii) controlada Araguaia Centrais Elétricas S.A. com imobilizado de R\$ 90 mil. Consequentemente não foi possível satisfazer-nos, através de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos das referidas contas para 31 de dezembro de 2021 e seus possíveis reflexos no resultado do exercício e patrimônio líquido da controladora referente a seus ativos imobilizado e intangível, assim como pelo método da equivalência patrimonial, no saldo de investimentos, patrimônio líquido e resultado do exercício da Companhia, referente ao ativo imobilizado da controlada supracitada.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e



consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Início das operações da Controladora e das controladas

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 01 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas estão em fase pré-operacional e o início das operações depende da viabilização do modelo de negócio a ser implantado pelas Companhias e os agentes do setor elétrico. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da viabilização do modelo de negócios e, conseqüentemente, início das operações.

Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IRFS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo do ativo diferido, conforme descrito na nota explicativa nº 3.5) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob nossa responsabilidade cujo relatório de auditoria com modificação, datado de 15 de julho de 2022, mencionou a mesma ressalva acima intitulada “*Análise de recuperabilidade de ativos da controladora e da controlada*” assim como as mesmas ênfases acima intituladas “*Início das operações da Controladora e das controladas*”, e “*Diferença de práticas contábeis entre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.*”

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



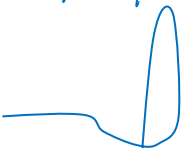
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 27 de julho de 2022



SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC – BA – N° 612



Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC – BA – N° 9.093

QUADRO I
MINAS PCH S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixas e equivalentes de caixa	4	388	129	398	14.190	Fornecedores		31	42	265	7.208
Aplicações Financeiras		-	-	-	42.259	Obrigações sociais e trabalhistas		94	118	94	-
Clientes		-	-	1	5.437	Impostos a recolher		124	149	124	1.714
Despesas Antecipadas		-	-	43	682	Empréstimos e Financiamentos (Debêntures)		52	-	52	8.661
Outros créditos		96	118	319	107	Provisões Socioambientais	16	-	-	-	3.130
Total dos ativos circulantes		484	247	761	62.675	Outros contas a pagar		859	690	627	2.316
						Total dos passivos circulantes		1.160	999	1.162	23.029
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Depósitos Judiciais		250	250	250	270	Provisões para perdas nos investimentos	10.2	2.450	2.417	-	-
Contas a receber		225	2.925	1	14.686	Partes relacionadas	5	144	144	390	249
Impostos a recuperar		5.082	5.081	5.082	6.168	Obrigações com consorciadas	9	5.284	5.267	5.284	5.267
Partes relacionadas	5	22.585	29.353	20.240	27.001	Provisões Sócio Ambientais	16	-	-	-	2.084
Investimentos	10.2	217	67.625	217	217	Debêntures		-	-	-	219.851
Imobilizado	6	12.255	12.185	12.345	226.781	Empréstimos e Financiamentos		-	-	-	144
Intangível	7	40.123	40.123	40.123	71.783	Total dos passivos não circulantes		7.878	7.828	5.674	227.595
Diferido	8	6.489	6.489	6.489	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		87.226	164.031	84.747	346.906	Capital social	11.1	82.212	168.057	82.212	168.057
						Prejuízos acumulados		(3.540)	(12.606)	(3.540)	(19.095)
						Patrimônio líquido atribuível a participação dos controladores	3.9	78.672	155.451	78.672	148.962
						Participação dos acionistas não controladores					9.995
						Total do patrimônio líquido		78.672	155.451	78.672	158.957
TOTAL DOS ATIVOS		87.710	164.278	85.508	409.581	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.710	164.278	85.508	409.581

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO II
 MINAS PCH S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		-	-	-	47.220
(-) Impostos incidentes sobre vendas		-	-	-	(2.695)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.2	-	-	-	44.525
CUSTOS E DESPESAS					
Custos das Vendas	12.1	-	-	-	(13.404)
Gerais e administrativas	12.1	(9.297)	(6.345)	(9.413)	(15.022)
Despesas tributárias	12.1	(50)	(109)	(61)	(167)
Outras Receitas		112	4.242	109	4.242
Resultado de equivalência patrimonial		(467)	(2.396)	(339)	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(9.702)	(4.608)	(9.704)	(24.351)
RESULTADO FINANCEIRO:					
Resultado Financeiro, Líquido	12.3	(2)	929	-	(21.325)
Total		(2)	929	-	(21.325)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(9.704)	(3.679)	(9.704)	(1.151)
Contribuição Social		-	-	-	(730)
Imposto de Renda		-	-	-	(1.532)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-	(2.262)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(9.704)	(3.679)	(9.704)	(3.413)
Lucro líquido atribuído aos:					
Proprietários da controladora		(9.704)	(3.679)	(9.704)	(3.679)
Participação de não controladores		-	-	-	266
TOTAL		(9.704)	(3.679)	(9.704)	(3.413)
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$	13	(0,05)	(0,02)		
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES					

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO III
MINAS PCH S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.704)	(3.679)	(9.704)	(3.413)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(9.704)	(3.679)	(9.704)	(3.413)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO IV**MINAS PCH S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora	Ativo Diferido 3.10	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2020		168.057	(8.983)	159.074	(6.489)		94.188
Transferencia entre contas		-	56	56	-	-	56
Lucro (Prejuízo) do exercício		-	(3.679)	(3.679)	-	-	(3.679)
Participação dos não controladores		-	-	-	-	9.995	9.995
Saldos em 31 de dezembro de 2020		168.057	(12.606)	155.451	(6.489)	9.995	158.957
Lucro (Prejuízo) do exercício		-	(9.704)	(9.704)	-	-	(9.704)
Redução de Capital para Absorção de Prejuízo		(18.770)	18.770	-	-	-	-
Redução de Capital por Cisão do Patrimonio Líquido		(67.075)	-	(67.075)	-	-	(67.075)
Participação dos não controladores		-	-	-	-	(9.995)	(9.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		82.212	(3.540)	78.672	(6.489)	-	72.183

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

QUADRO V
MINAS PCH S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(9.704)	(3.679)	(9.704)	(3.413)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e Amortização	6	-	-	-	5.361
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	467	2.396	339	-
Resultado Financeiro		-	-	-	20.838
Baixa Imobilizado	6	-	-	-	30.280
Transferência entre Contas		(280)	-	(280)	54
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Aplicações Financeiras Vinculadas e Fundo de Investimento		-	-	-	(42.259)
Impostos a recuperar		(1)	(2)	(1)	(602)
Contas a Receber		2.700	(2.978)	2.924	(4.877)
Outros créditos		22	-	(257)	50
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(11)	59	225	(2.615)
Obrigações sociais e trabalhistas		(24)	31	94	(162)
Impostos a recolher		(25)	18	(278)	384
Obrigações com consorciadas	9	17	64	17	64
Empréstimos e financiamentos		52	-	52	-
Outras Contas a Pagar		169	18	(63)	1.080
Caixa aplicado nas/gerado pelas atividades operacionais		(6.618)	(4.073)	(6.932)	4.183
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado		(107)	(14)	(107)	(12.446)
Alienação de Investimentos		(52)	-	(52)	-
Alienação de Imobilizado		372	-	372	287
Adiantamento para futuro aumento de capital - Coligadas e controladas		(97)	(182)	-	-
Créditos com partes relacionadas		6.761	4.218	6.759	4.395
Caixa gerado pelas/aplicados nas atividades de investimento		6.877	4.022	6.972	(7.764)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Amortização Debêntures		-	-	-	(8.650)
Adiantamento para futuro aumento de capital - Acionistas		-	-	-	-
Redução de Capital		-	-	-	(10.415)
Efeito Líquido Cisão		-	-	(13.832)	-
Resgate de Debentures		-	-	-	(17.207)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(13.832)	(36.272)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		259	(51)	(13.792)	(39.853)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA					
no início do exercício					
no final do exercício	4	129	180	14.190	54.043
	4	388	129	398	14.190
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		259	(51)	(13.792)	(39.853)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

MINAS PCH S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando de outra forma mencionado).

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Minas PCH S.A. (“Companhia”) foi constituída em 2 de março de 2006, sob a denominação social de Minas PCH Ltda., e tem por objeto a geração e distribuição energia elétrica, notadamente a partir de pequenas centrais hidroelétricas, (PCHs), assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora, compreendendo: (a) geração e distribuição de energia elétrica; (b) gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração e distribuição de energia elétrica; (d) participação em outras sociedades ou empreendimentos, na qualidade de quotista, acionista ou consorciada.

A Minas PCH é detentora de 100.000 ações ordinárias da Empresa Comercializadora de Energia Ltda. – ECE, 44.311 ações ordinárias da Araguaia Centrais Elétricas S.A. – ACESA, 1.000 ações ordinárias da PCH Perdida 1 Energia SPE S.A. .1.000 ações ordinárias da UHE Perdida 2 Energia SPE S.A., 1.000 ações ordinárias da PCH Itiquira III Energia SPE S.A. ..e 800 ações ordinárias da Santa Rosa Energética S.A., equivalente a 100% de participação no capital das mesmas.

Para 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas encontram-se em fase pré-operacional e o início das operações depende de um modelo de negócios entre as Companhias e os agentes do setor elétrico e, conseqüentemente, início das operações. Até o início das operações a Companhia e suas controladas dependerão de suporte financeiro de seus acionistas e/ou de terceiros.

1.1 SOCIEDADES DO GRUPO

1.1.1. ARAGUAIA CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ACESA

A Araguaia Centrais Elétricas S.A. – ACESA (“ACESA”) foi constituída em de agosto de 2000, e tem por objetivo social, em consonância com os preceitos legais: I) a geração de energia elétrica no segmento de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), até o limite de 200 MW, bem como exercer atividades inerentes à sua finalidade principal. II) participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista, como meio para realizar seu objeto social.

1.1.2. EMPRESA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. – ECE

A Empresa Comercializadora de Energia Ltda. – ECE (“ECE”) foi constituída em 20 de maio de 1999, tendo por objetivo social: compra, importação, exportação e venda de energia elétrica a comercializadores, ou a consumidores que tenham livre opção de escolha de fornecedor, bem como participar de outras empresas, sociedade ou empreendimentos como sócia, quotista, acionista ou consorciada, especialmente na área de energia elétrica no segmento de compra, importação, exportação, geração e venda de energia elétrica a comercializadores ou a consumidores que tenham livre opção de escolha de fornecedor.

1.1.3. SANTA ROSA ENERGÉTICA S. A.

A Santa Rosa Energética S.A. (“Santa Rosa”) foi constituída em 31 de janeiro de 2008, tendo por objetivo social: a produção de potência, sob a forma de energia elétrica e sua comercialização, inclusive para concessionários, permissionários de serviço público de energia elétrica ou cliente livre, implementação do projeto, financiamento, construção, montagem e exploração da central hidroelétrica.

1.1.4. PCH ITIQUIRA III ENERGIA SPE S. A.

A PCH Itiquira III Energia SPE S.A, foi constituída em 29 de novembro de 2017, tendo por objeto social específico o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Pequena Central Hidrelétrica no Rio Itiquira, Bacia Alto Paraguai, no Município Santo Antônio do Leverger, Estado de Mato Grosso, bem como a geração e comercialização de energia elétrica nela gerada.

1.1.5. PCH PERDIDA 1 ENERGIA SPE S. A.

A PCH Perdida 1 Energia SPE S.A, foi constituída em 29 de novembro de 2017, tendo por objeto social desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Pequena Central Hidrelétrica no Rio Perdida, Bacia Tocantins, no Município de Centenário, Estado do Tocantins bem como a geração e comercialização de energia elétrica nela gerada. Em 31 de Agosto de 2021 a Minas PCH S/A., alienou as ações da PCH Perdida 1 Energia SPE S.A. para os acionistas controladores da própria Minas PCH, quais sejam: CS Energia S.A., Termonorte Energia Ltda, JGE Administração e Participações S.A., WMMC Administração e Participações Ltda, Miguel Ethel Sobrinho, Walter Luiz Teixeira.

1.1.6. UHE PERDIDA 2 ENERGIA SPE S. A.

A UHE Perdida 2 Energia SPE S.A, foi constituída em 01 de dezembro de 2017, tendo por objeto social específico desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Usina Hidrelétrica no Rio Perdida, Bacia Tocantins, no Município de Rio Sono, Estado do Tocantins bem como a geração e comercialização de energia elétrica nela gerada. Em 01 de Setembro de 2021 a Minas PCH S.A., alienou as ações da UHE Paerdida 2 Energi SPE S.A., sendo 90% para ECBRASIL - Energias Complementares do Brasil geração de Energia Eletrica e 10% para Bom Retiro Energia Ltda.

1.1.7. TIBAGI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

A Tibagi Participações e Investimentos S.A. (“Tibagi Participações e Investimentos” ou “Companhia”) foi constituída em 23 de março de 2017 sob a forma de sociedade empresária limitada, e em 23 de março de 2017 foi transformada em sociedade anônima, e tem por objeto (i) a administração de bens próprios, e (ii) participação em outras sociedades ou empreendimentos, na qualidade de quotista, acionista ou consorciada;

Em 30/09/2021 os acionistas detentores da totalidade do capital social da Minas PCH S.A. promoveram uma cisão em seu patrimônio líquido, conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido da Cia emitido por auditores independentes, e protocolo de justificativa registrados em 19/01/2022 na Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB, retirando a sua participação na Tibagi Participações e Investimentos S.A., cuja parcela cindida foi incorporada ao Capital Social

da Hidropar Energia e Participações S.A. nova denominação social da PCH Perdida 1 Energia SPE S.A.,

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras compreendem:

- a) As demonstrações financeiras individuais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).
- b) As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”)

As práticas adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

2.2 Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da entidade controlada diretamente pela Companhia. O controle é obtido quando a Companhia:

- ✓ Tem o poder sobre a investida.
- ✓ Está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- ✓ Tem capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos;

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a ata em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, às demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as companhias, são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.3 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações são apresentadas em milhares de reais – R\$ - a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5 Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; e (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a) a (c) mencionadas acima.

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Os ativos financeiros compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 4.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.1.3 Passivos financeiros

3.1.3.1 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo fornecedores e outros passivos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3.2 Baixa de passivos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia e suas controladas são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o

valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas às taxas anuais.

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta “Outras receitas – líquidas”.

3.3 Intangível

3.3.1 Softwares

As licenças de programas de computador adquiridas são capitalizadas e amortizadas e os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

3.3.2 Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e,
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Diferido

Os valores constantes no ativo diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear. De acordo com a Lei nº 11.941 de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização, vide nota explicativa nº 8.

3.6 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.7 Resultado por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

3.8 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Investidas		Participação - % Capital total	
		31/12/21	31/12/20
Araguaia Centrais Elétricas S.A. – ACESA	Controlada	100,00%	100,00%
Empresa Comercializadora de Energia Ltda.	Controlada	100,00%	100,00%
Santa Rosa Energética S.A.	Controlada	100,00%	100,00%
PCH Perdida 1 Energia SPE S.A.	Controlada	0,00%	100,00%
UHE Perdida 2 Energia SPE S.A.	Controlada	0,00%	100,00%
PCH Itiquira III Energia SPE S.A.	Controlada	100,00%	100,00%
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	Controlada	0,00%	100,00%
Tibagi Energia SPE S.A.	Controlada Indireta por TibaPart	0,00%	68,94%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido da Controlada foram eliminados na consolidação.

As reconciliações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão demonstradas como segue:

	Patrimônio líquido	
	2021	2020
Controladora	78.672	155.451
Baixas do diferido	(6.489)	(6.489)
Consolidado	72.183	148.962

A principal diferença entre a demonstração financeira consolidada e a demonstração financeira da controladora é relativa ao ativo diferido constituídos sobre gastos (receitas) do período pré-operacional até 31 de dezembro de 2008. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas a Administração da Companhia baixou contra prejuízos acumulados na data de transição de 1º de janeiro de 2009 o saldo anteriormente registrado como ativo diferido, enquanto foi mantido na posição individual. A Administração optou por manter esse saldo até sua realização total por meio de amortização quando da entrada em operação, vide nota explicativa nº 8.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	388	129	398	14.190
Total	388	129	398	14.190

5. PARTES RELACIONADAS – Controladora e Consolidado

5.1. Ativo

Descrição	Ativo		
	Controladora		
	Consolidado		
	Mútuo	AFAC	Total
	(a)	(b)	
Santa Rosa Energética S.A.	-	202	202
Araguaia Centrais Elétricas S.A. – ACESA	44	153	197
Empresa Comercializadora de Energia S.A.	-	1.158	1.158
Carlos Seabra Suarez	20.174	-	20.174
PCH Itiquira III Energia SPE S.A.	-	829	829
Hidropar- Hidroenergia Participações S.A	20	-	20
Participa Empreendimentos Imob. e Part. Ltda	2	-	2
Consórcio Cachoeirinha	-	2	2
Total em 31 de dezembro de 2021	20.240	2.344	22.585
Total em 31 de dezembro de 2020	27.001	2.352	29.353

(a) Saldos de mútuo entre a Companhia e empresas ligadas, para o qual não há contrato, incidência de encargos financeiros, nem prazo determinado de vencimento.

(b) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital o qual não é corrigido e não têm contrato. O adiantamento para futuro aumento de capital não possui características de instrumento de patrimônio na controlada, desta forma foi classificado na Companhia como partes relacionadas.

5.2. Passivo

Descrição	Passivo	
	Controladora	Consolidado
	Mútuo	Mútuo
	não circulante	não circulante
CS Energia S.A.	87	87
Santa Rosa Energética S.A.	-	202
Araguaia Centrais Elétricas S.A. – ACESA	-	44
Paulo Celso Guerra Lage	25	25
José Guilherme Antloga do Nascimento	5	5
Márcio Barata Diniz	5	5
Miguel Ethel Sobrinho	9	9
Walter Luiz Teixeira	9	9
Adalberto de Menezes Pedroso	2	2
Maria Cristina Silveira Castro Barbosa	2	2
Total em 31 de dezembro de 2021	144	390
Total em 31 de dezembro de 2020	144	249

6. IMOBILIZADO

6.1. Na Controladora:

Descrição	Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	31/12/2021		31/12/2020
			Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	11.819	-	11.729	11.766
Máquinas e equipamentos	10%	25	-	25	25
Informática	20%	213	-	213	106
Móveis e utensílios	10%	147	-	147	147
Softwares	20%	137	-	137	137
Instalações Telefônicas	10%	4	-	4	4
Total		12.345	-	12.255	12.185

6.2. No Consolidado:

Descrição	Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	31/12/2021		31/12/2020
			Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		11.819	-	11.819	24.229
Usina					
Turbina Hidráulica	2,50%	-	-	-	31.410
Geradores	2,77%	-	-	-	11.349
Comporta	3,33%	-	-	-	6.472
Estrutura de tensão	2,83%	-	-	-	5.569
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	-	22.615
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	-	83.648
Outros	3,38%	-	-	-	14.187
Total da Usina		-	-	-	175.250
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	1.591
Provisão para gastos socioambientais	-	-	-	-	3.149
Custos de empréstimos capitalizados	2,00%	-	-	-	18.488
Outros	3,20%	526	-	526	4.074
Total		12.345	-	12.345	226.781

7. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso - Prod. energia elétrica PCH	3.499	3.499	3.499	3.499
Serviços contratados estudos e projetos	33.914	33.914	33.914	33.914
Direito de uso- projeto Rio Perdida	560	560	560	560
UHE Rio Aporé	2.150	2.150	2.150	2.150
Agio Aquisição Investimento Tibagi Par	-	-	-	18.022
Agio Aquisição Investimento Tibagi Energia	-	-	-	11.027
Provisões Socioambientais - LI/LO	-	-	-	2.611
Total	40.123	40.123	40.123	71.783

8. DIFERIDO

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Serviços prestados por pessoas jurídicas	6.427	6.427
Honorários advocatícios	28	28
Outros	34	34
Total	6.489	6.489

Refere-se a gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional até 31 de dezembro de 2008, os quais serão amortizados em 10 anos, a partir da data de sua entrada em operação, pelo método linear de acordo com a Lei nº 11.941, de 2009.

9. OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Geração e Transmissão S.A. - CELG	1.419	1.402	1.419	1.402
AEL Atividade Empresarial Ltda.	252	252	252	252
Orteng Energia Ltda.	174	174	174	174
Energest S.A.	2.807	2.807	2.807	2.807
Aterpa M. Martins S.A.	48	48	48	48
J Malucelli Energia S.A.	233	233	233	233
EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.	147	147	147	147
CPFL Energias Renováveis S.A.	143	143	143	143
Autazes Emp. e Participações Ltda.	61	61	61	61
Total	5.284	5.267	5.284	5.267

Refere-se a obrigações a pagar com parceiros para desenvolvimento de estudos de inventário hidrelétrico, pré-viabilidade e viabilidade técnico-econômico-financeira, estudos ambientais e elaboração de projetos básicos para implantação de aproveitamentos hidrelétricos em bacias diversas. Esses valores serão liquidados quando do sucesso nos projetos de energia elétrica.

10. PROVISÕES PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

10.1 Informações sobre as controladas

Data base: 31/12/2021						
Investidas	Participação		Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido / Passivo a descoberto	Prejuízo do exercício
	Ações ordinárias possuídas	no capital integralizado %				
Araguaia Centrais Elétricas S.A.	44.311	100%	91	197	(106)	(6)
Empresa Comercializadora de Energia S.A.	100.000	100%	8	205	(197)	-
Santa Rosa Energética S.A.	800	100%	-	202	(202)	(13)
PCH Itiquira III Energia SPE S.A.	1.000	100%	44	829	(785)	(108)

10.2 Movimentação dos investimentos e provisões para perdas nos investimentos

Descrição	Saldos 31/12/2019	equivalência patrimonial	Saldos 31/12/2020	equivalência patrimonial	Saldos 31/12/2021	Baixa Investimentos	Saldos 31/12/2021
<u>Provisão para perdas nos investimentos</u>							
Araguaia Centrais Elétricas S/A- ACESA	(94)	(6)	(100)	(7)	(107)	-	(107)
Santa Rosa Energética S.A.	(134)	(54)	(188)	(14)	(202)	-	(202)
ECE Empresa Comercializadora Energia S/A	(1.322)	(33)	(1.355)	-	(1.355)	-	(1.355)
PCH Itiquira III Energia SPE S.A.	(508)	(169)	(677)	(109)	(786)	-	(786)
PCH Perdida I Energia SPE S.A.	(31)	(18)	(49)	(2)	(51)	51	-
UHE Perdida 2 Energia SPE S.A.	(30)	(18)	(48)	(4)	(52)	52	-
Total da provisão para perdas nos investimentos	(2.119)	(298)	(2.417)	(136)	(2.553)	103	(2.450)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado é de R\$ 82.212 (2020, R\$ 168.057) e está representado por 195.068.980 ações. Abaixo está representada a composição acionária da Companhia:

Acionistas	31/12/2021				
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Valor	%
CS Energia S.A.	62.493.281	-	62.493.281	47.827	58,17%
Termonorte Energia S.A.	28.817.121	-	28.817.121	22.054	26,83%
JGE Administração e Participação S.A.	6.932.566	-	6.932.566	5.305	6,45%
WMMC Administração e Participações Ltda.	6.932.566	-	6.932.566	5.305	6,45%
Miguel Ethel Sobrinho	1.124.268	-	1.124.268	860	1,05%
Walter Luiz Teixeira	1.124.268	-	1.124.268	860	1,05%
Total	107.424.070	-	107.424.070	82.212	100,00%

Acionistas	31/12/2020				
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Valor	%
CS Energia S.A.	92.132.971	21.347.211	113.480.182	97.766	58,17%
Termonorte Energia S.A.	52.328.394	-	52.328.394	45.083	26,83%
JGE Administração e Participação S.A.	12.588.730	-	12.588.730	10.845	6,45%
WMMC Administração e Participações Ltda.	12.588.730	-	12.588.730	10.845	6,45%
Miguel Ethel Sobrinho	2.041.472	-	2.041.472	1.759	1,05%
Walter Luiz Teixeira	2.041.472	-	2.041.472	1.759	1,05%
Total	173.721.769	21.347.211	195.068.980	168.057	100,00%

Em 30/06/2021, os acionistas deliberaram reduzir o Capital Social em R\$ 12.606.089,39 (doze milhões seiscentos e seis mil, oitenta e nove reais e trinta e nove centavos), para absorção dos prejuízos acumulados até 31/12/2020, sem o cancelamento de ações.

Em 30/09/2021, os acionistas deliberaram reduzir o Capital Social em R\$ 6.164.525,55 (seis milhões cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para absorção dos prejuízos acumulados até 31/08/2021, sem o cancelamento de ações.

Em 30/09/2021, os acionistas deliberaram uma cisão parcial do seu patrimônio líquido no valor de R\$ 67.074.631,65 (Sessenta e sete milhões, setenta e quatro mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos), mediante o cancelamento de 87.644.910 (oitenta e sete milhões seiscentos e quarenta e quatro mil e novecentas e dez) ações, representada pela sua participação no Capital de Tibagi Participações e Investimentos S.A., e esta parcela cindida, foi incorporada ao Capital da Hidropar Participações em Hidreletricas S.A., atual denominação de PCH Perdida 1 Energia SPE S.A.

11.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2021, a Companhia não constituiu reserva legal uma vez que incorreu em prejuízo no exercício. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

12. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

12.1 DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza controladora e consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aquisição de energia	-	-	-	(1.758)
Serviços de terceiros	4.682	3.495	4.682	(885)
Salários	2.406	2.197	2.406	6
Depreciações e amortizações	-	-	-	(5.361)
Obrigações sociais	1.011	771	1.011	31
Doações (a)	1	1	1	(806)
Seguros apropriados	201	37	201	(843)
Aluguéis	476	489	476	383
Viagens e estadas	47	81	47	(17)
Encargos Setoriais	-	-	-	(4.463)
Tributos	176	260	176	(177)
Outras despesas	347	(877)	474	(1.795)
Total	9.347	6.454	9.474	(15.685)
Classificadas como:				
Custo de produção de energia	-	-	-	(10.999)
Gerais e administrativas	5.930	3.486	6.057	(4.723)
Pessoal	3.417	2.968	3.417	37
Total	9.347	6.454	9.474	(15.685)

12.2 – RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	-	-	-	47.220
Impostos e Encargos Setoriais incidentes sobre vendas:				
PIS	-	-	-	(307)
COFINS	-	-	-	(1.416)
Encargos Setoriais	-	-	-	(972)
Total	-	-	-	(2.695)
Receita líquida de vendas	-	-	-	44.525

12.3 – RESULTADOS FINANCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	-	920	-	920
Rendimento de aplicação financeir:	-	8	-	1.305
Outras receitas financeiras	-	3	-	3
Subtotal	-	931	-	2.228
Despesas financeiras				
Juros	-	-	-	(12.584)
Varição monetárias	-	-	-	(8.325)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	-	(2.644)
Subtotal	(2)	(2)	-	(23.553)
Total	(2)	929	-	(21.325)

13. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	2021	2020
Prejuízo do exercício	(9.704)	(3.679)
<u>Prejuízo por ação básico:</u>		
Quantidade de ações subscritas	107.424.070	195.068.980
Prejuízo por ação básico (em R\$)	(0,09)	(0,02)

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado – taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

(b) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrerem em perdas financeiras. A Companhia e suas controladas adotaram a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

(c) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

(d) Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

(e) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas se aproximam dos seus valores justos e o nível hierárquico dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo representados por aplicações financeiras foram classificados como nível 2. O nível 2 é caracterizado como sem mercado ativo. Para um instrumento financeiro que não tenha mercado ativo o valor justo é apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outros instrumentos que sejam substancialmente o mesmo.

15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2021

As principais transações no consolidado que não afetaram o caixa estão, descritas a seguir no consolidado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para gastos socioambientais - imobilizado	-	790
Retenção de Fornecedores - imobilizado	-	230
Redução de Capital com absorção de prejuízos	18.771	24.934
Aumento de Capital com Reservas	-	7.100
Aumento de Capital com Bens Imóveis	-	593
Redução de Capital com redução do valor imoveis	-	661
Provisão Investimentos P & D	-	216

16. EVENTOS SUBSEQUENTES - EFEITOS DO CORONAVIRUS (COVID19) NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de geração de energia em suas investidas, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da epidemia do Coronavírus. Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios da Minas PCH S/A, principalmente para seus usuários e fornecedores. Contudo, a Companhia não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente as suas operações

17. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira assim como consideraram eventos subsequentes até 27 de julho de 2022, data na qual essas demonstrações financeiras foram aprovadas.

* * *